

Globalização e localismo: novas oportunidades para o desenvolvimento

I. INTRODUÇÃO

À medida que a ciência social se debruça sobre processos de carácter global, manifesta-se a especificidade e potencialidade do âmbito local nos processos de reestruturação política, económica e social que ocorrem nas sociedades contemporâneas. A aplicação e arranque dos processos de desenvolvimento local são cada vez mais extensos e variados. A identificação dos indivíduos como cidadãos tende para uma base local, pondo, inclusivamente, em risco outras de carácter mais amplo, tais como a nacional. E os municípios parecem gerir uma parte cada vez maior da política social.

Este pressuposto deve, pelo menos, chamar a atenção dos investigadores sociais para a necessidade de se ocuparem do âmbito local, em paralelo com o estatal e mundial, como unidade adequada de análise. Não só porque as dinâmicas locais, portanto específicas, podem afectar outras de carácter mais universal, mas também porque o próprio processo de mundialização¹ parece estar a dar lugar ao desenvolvimento de uma nova estrutura de oportunidades que permite a redefinição do papel dos governos e sociedades com base municipal face ao arranque de processos de desenvolvimento económico, político e social. É este conjunto de oportunidades que aqui designaremos por novo localismo.

* Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andaluzia/CSIC, Universidad Pablo de Olavide.

¹ De ora em diante mundialização e globalização serão consideradas sinónimos.

Segundo o nosso ponto de vista, este facto pode ser constatado com base em três linhas de argumentação. Por um lado, o facto de os processos económicos, políticos e sociais causarem impactes diferentes segundo o quadro em que incidem, independentemente de outros factores ou variáveis. Em segundo lugar, o facto de a comunidade local, concretamente a cidade, continuar a constituir a unidade básica de convivência. Por último, as potencialidades oferecidas pela escala local para o desenvolvimento de processos de cidadania e democratização. É evidente que estes três aspectos estão estreitamente relacionados, embora sejam, de ora em diante, tratados em separado a fim de serem analiticamente estudados.

II. AS BASES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO

A constatação das tendências para a mundialização, concretamente as que se relacionam com os processos de desenvolvimento e localização das actividades económicas, levou a que se diagnosticasse um decréscimo, ou mesmo uma incapacidade, por parte dos agentes locais para enfrentarem os problemas decorrentes dos processos de globalização. Deste ponto de vista, os processos locais são determinados pelas tendências de carácter geral, sem que os agentes possam neles intervir, pelo menos de forma significativa.

Quer para a teoria marxista clássica, na sua versão da divisão internacional do trabalho e teoria da dependência (Frank, 1972; Amin, 1972), quer para a teoria neomarxista, na sua teorização acerca dos processos urbanos de consumo colectivo, o âmbito local não revela nenhum tipo de especificidade no que respeita a outras escalas. Os governos municipais, tanto como os centrais, de que aqueles são apenas uma parte, cumprem uma função de protecção e legitimação do sistema de acumulação capitalista. Em todo o caso, o local distingue-se de outros âmbitos pelo facto de constituir o campo adequado à regeneração da força de trabalho mediante práticas de consumo colectivo, concretamente através do fornecimento de serviços: habitação, educação e serviços sociais, fundamentalmente².

O decréscimo da produção industrial e das áreas urbanas industrializadas a partir dos anos 70, bem como o crescimento dos sectores produtivos ligados ao desenvolvimento tecnológico e à procura de novas estratégias de implantação económica local, contribuíram para anunciar a crise do «regime de acumulação fordista» e para o aparecimento de um «regime de acumulação flexível» (Aglieta, 1974). Parte da literatura que aborda este problema

² Este ponto de vista foi inicialmente desenvolvido por Castells (1976) e explorado posteriormente por Cockburn (1977) e Dunleavy (1980).

incide, bem como as interpretações marxistas anteriores ou a teoria clássica de lugar central, na incapacidade de acção autónoma por parte dos intervenientes locais. A grande mobilidade do capital financeiro, chave do processo global de reestruturação económica, obriga as localidades a estabelecerem relações de concorrência para atraírem sectores produtivos, sem que exista possibilidade de desenvolvimento económico ou social de carácter autónomo ou endógeno³.

Face a estes diagnósticos de carácter estruturalista e de forte determinismo economicista⁴, outros pontos de vista realçam as potencialidades do âmbito local. Em particular porque os processos de reestruturação económica não são uma mera «adaptação flexível» aos problemas globais. Os intervenientes locais conferem-lhes especificidade, reagem de forma diferente e podem, inclusivamente, influenciar os mesmos. Mais ainda, os padrões institucionais, as normas e os valores sociais próprios de cada local actuam como filtro dos processos que têm lugar fora do seu próprio âmbito e demonstram capacidade para estabelecerem normas de desenvolvimento económico e social de carácter relativamente autónomo, como é o caso da «Terza Italia» (Trigilia, 1981; Bagnasco, 1977) ou, mais recentemente, da América Latina (Pérez Sáinz, 1977; Lambi *et al.*, 1997).

Este aspecto evidencia que os processos de reestruturação não têm um carácter estritamente económico e dependem em boa parte do conhecimento e capacidades dos habitantes locais, assim como do seu capital cultural e social⁵. A isto acresce que as respostas à globalização são articuladas através de decisões de natureza política que definem as estratégias a seguir. Estas dão lugar a processos diferenciados de desenvolvimento económico local e, portanto, ao estabelecimento de diferentes tipos de redes e sistemas urbanos (Lipietz, 1993; Lafontaine, 1991).

Deste modo, o debate sobre os processos de reestruturação urbana afecta directamente, quer em termos qualitativos, quer quantitativos, o fornecimento de serviços por parte dos governos locais. Isto provocou uma alteração das estratégias políticas relativamente à atribuição das competências locais no que respeita ao sector dos serviços. Estas estratégias traduzem-se actualmente numa tendência progressiva para a descentralização do Estado em benefício dos governos locais.

³ Para uma exposição mais pormenorizada destes argumentos remetemos para Piore Sabel (1984) e Sassen (1990).

⁴ A título de exemplo, o primeiro aspecto foi salientado por Hampton (1991, p. 235) e o segundo por Stoker (1990) e Preteccille (1994).

⁵ Diversos estudos demonstraram a importância do capital cultural no arranque de processos de desenvolvimento, bem como em processos de cooperação e auto-regulação de processos colectivos (Keohane e Ostron, 1995).

III. A RELEVÂNCIA DA VIZINHANÇA E IDENTIDADES LOCAIS

O que foi exposto anteriormente torna claro que o diagnóstico «global-estruturalista» dilui a importância e especificidade da comunidade local face a outras escalas. Esta singularidade reside precisamente no facto de constituir um «fenómeno social totalizador» (Koning, 1971). É nela que ainda perduram relações sociais mais ou menos estáveis que, ao contrário das que têm lugar noutras escalas, constituem a forma através da qual se desenvolve o essencial da vida quotidiana nas sociedades contemporâneas. Isto implica que as relações de vizinhança de carácter local continuam a ser significativamente mais importantes do que as de carácter nacional ou mundial, embora num contexto caracterizado pela globalização e pelo aumento da «acção à distância» (Giddens, 1980).

Este facto manifesta-se, pelo menos, de duas formas. Por um lado, a comunidade local é ainda um dos principais factores de orientação psicossocial, através do qual se articula a identidade dos indivíduos. O facto de as relações de vizinhança local permitirem uma maior interacção directa do que as nacionais ou globais cria bases para a manutenção de relações constantes e intensas e para a criação de uma identidade colectiva, centrada no território. Vários estudos empíricos demonstram que a identificação territorial dos indivíduos é principalmente local, sendo menor a nacional e quase inexistente a que transcende as fronteiras estatais. No caso espanhol, por exemplo, metade dos cidadãos identificam-se com a aldeia ou cidade onde vivem, uma quarta parte fá-lo em relação à Espanha, menos de uma quinta parte com a sua comunidade autónoma e menos de 10% com a sua província ou com entidades supranacionais⁶.

Este fenómeno levou a que alguns autores chamem a atenção para a crise das identidades políticas tradicionais, tanto a territorial, isto é, a que se refere ao Estado nacional (Romanelli, 1991), como as que originavam a formação de partidos políticos, ligadas, como indicou Rokkan (1970), a valores de carácter universal (de classe, esquerda-direita, religioso-laico)⁷. Em contrapartida, manifesta-se uma potenciação do que é localmente articulado, sem que existam indícios de uma maior identificação com entidades de carácter supranacional (Diamanti, 1994, p. 409).

⁶ Sobre este assunto podem consultar-se os relatórios anuais de CIREs e Orizo (1991, p. 167). Para o caso italiano, Segatti demonstra que, em 1995, 36% dos italianos se identificam em primeiro lugar com a sua comunidade local, identificando-se igual quantidade com a nação (1995, pp. 109-110). Para o caso europeu podem encontrar-se dados nos estudos de opinião resumidos por Stoetzel (1982, p. 55) e Ashford e Timms (1992).

⁷ Entre outros, este aspecto foi destacado por Allum (1995, pp. 79-121 e 183-187), cuja obra contém outras referências.

Assim, tal como nos processos de reestruturação económica, as subculturas de natureza local ganham cada vez maior relevância na configuração das identidades políticas no Ocidente e no desenvolvimento de processos políticos tanto no âmbito local propriamente dito como na estruturação de processos políticos numa escala maior⁸.

A importância da comunidade local enquanto «sociedade total» também se manifesta através da extensão ou amplitude das redes sociais interindividuais na vida quotidiana. Para a maior parte dos indivíduos, estas continuam centradas no âmbito local ou mesmo de vizinhança. Os laços de relações sociais e de amizade e o seu forte conteúdo de ajuda mútua costumam articular-se mediante factores de carácter territorial. Para os Espanhóis, por exemplo, estes laços centram-se fundamentalmente nas relações de vizinhança e nas familiares⁹. A isto acresce que o grau de mobilidade do indivíduo médio seja bastante baixo ou que geralmente esteja circunscrito a movimentos cujo ponto de referência é o local (Bericat, 1994). Mesmo em grandes cidades, caracterizadas pelo anonimato e por um alto grau de heterogeneidade social, como sejam os casos de Milão ou Madrid, a proximidade geográfica parece ter mais peso do que as características sociais e individuais no estabelecimento de relações sociais (Mutti, 1992; Ayuntamiento de Madrid, 1991).

Por outro lado, parece evidente que as sociedades contemporâneas se caracterizam como urbanas na sua configuração ecológica. As cidades, como expressão tangível do fenómeno urbano, representam a forma típica de enraizamento da comunidade¹⁰. Têm sido motor e palco das transformações sociais decorridas nas sociedades modernas e podem ser consideradas o *locus* do processo de civilização, tanto nos aspectos positivos como negativos¹¹. As cidades têm acolhido e concentrado as do Ocidente. Foram a base

⁸ Neste sentido, Koning assinalava que «a maioria se identifica com esse universo. Neste aspecto, a comunidade converte-se na «pátria» no seu sentido mais estrito» (Koning, 1971, p. 16). A existência de subculturas de natureza territorial foi destacada por Trigilia nos seus estudos sobre o desenvolvimento local no Norte de Itália (Trigilia, 1980) e por Bagnasco (1980). Este ponto de vista foi posteriormente desenvolvido em análise política por Cacciagli (1993) e Lepetit, entre outros (1993).

⁹ Sobre este assunto podem ser consultados os dados apresentados nos relatórios anuais do CIRES.

¹⁰ De acordo com os dados apresentados no *Social Indicators of Development 1991-1992* do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial), a proporção total de população urbana aumentou de forma generalizada entre 1965 e 1990. A título de exemplo, no caso espanhol, os dados para estes anos são, respectivamente, 61,3% e 78,4%, em Portugal 23,9% e 33,6%, em Itália 61,8% e 68,9%, no Reino Unido 81,7% e 89,1%, no Egipto 40,7% e 46,7%, no Gabão 21,2% e 45,7%, no Brasil 50,4% e 74,9% e na Argentina 76,1% e 86,3%.

¹¹ Para uma visão global do crescimento das cidades e da sua influência no desenvolvimento dos países ocidentais pode ser consultada a obra de Mumford (1961).

do desenvolvimento comercial e da extensão das redes de intercâmbio a longa distância durante a Idade Média e os inícios da era moderna. Posteriormente foram-no para o desenvolvimento e expansão industrial. Actualmente, quando começam a definir-se os contornos da «sociedade pós-industrial» e a ciência social diagnostica a crise do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, as cidades continuam a desempenhar um papel como impulsionadoras do processo de civilização mediante a concentração e estruturação de redes de comunicação e de desenvolvimento tecnológico, adquirindo a dimensão de «cidade global» (Mazzeleni, 1993).

Simultaneamente, as cidades têm mostrado a «outra face» do processo de civilização. Nelas se concentra, mais do que em qualquer outro lugar, a degradação social e ambiental. Nelas surgem, de forma acentuada, os problemas que as sociedades contemporâneas enfrentam — desigualdade e polarização sociais, desemprego, pobreza, marginalidade, delinquência, poluição sonora, escassez e degradação da qualidade dos recursos hídricos, poluição e um longo etc.¹². Em suma, a cidade acolheu e desenvolveu no seu seio quer as forças impulsionadoras, quer os desenganos do processo de modernização.

IV. DEMOCRATIZAÇÃO: BEM-ESTAR DESCENTRALIZADO E MISTO

O desenvolvimento do estado de bem-estar, como tentativa de resposta a alguns dos problemas mencionados, levou os governos locais a assumirem uma posição relevante no desenvolvimento das políticas públicas. O aumento da intervenção estatal na vida quotidiana dos cidadãos através de políticas de bem-estar social alterou o sentido da tradicional divisão do trabalho político entre governo central e governos locais.

O esforço de acção do Estado, sem desfazer a sua acção política tradicional, ou *high politics* (recolha de impostos, ordem interna, defesa externa e relações diplomáticas), passou a centrar-se, após a Segunda Guerra Mundial, em políticas públicas de natureza social, ou *low politics*, as quais eram tradicionalmente da competência ou pelo menos desempenhadas pelos governos locais (Bulpitt, 1983).

No entanto, a expansão do estado de bem-estar conduziu a que a antiga *low politics* se tenha convertido em *high politics* (Allum, 1995, pp. 414-420). Assim sendo, os processos políticos que decorrem a nível local têm vindo a ganhar novo destaque no conjunto da política nacional. O crescente número de petições dos cidadãos dirigidas aos governos municipais — com

¹² F. Engels, na sua descrição da situação da classe operária, foi um dos pioneiros em revelar a «outra face» do processo de civilização. Acerca dos problemas das cidades europeias, pode consultar-se Ayuntamiento de Madrid (1989) ou Mingione (1994). Para o caso espanhol em particular, cf. Bertolo *et al.* (1988).

maior frequência do que a outras instâncias superiores e independentemente da distribuição de competências, — bem como o maior destaque atribuído às eleições municipais, podem ser indicadores desta situação¹³.

A esta reflexão podemos acrescentar que, de acordo com os teóricos clássicos da democracia, o âmbito local proporciona condições mais favoráveis para o desenvolvimento de modelos de governo democrático do que escalas mais extensas. Contudo, ao contrário daqueles autores que defendiam a constituição de *politeyas* democráticas autónomas, o debate actual acerca da «democracia local» é centrado no papel que desempenham os governos locais, quer no que se refere aos processos de democratização à escala nacional, quer no que respeita às possibilidades de estimular processos de participação dos cidadãos nos municípios.

Neste sentido, é de notar a impossibilidade de compreender e levar a cabo os processos de democratização sem ter em consideração as dinâmicas que ocorrem quer a nível mundial, quer local (Archibugi e Helb, 1995). A análise dos processos de democratização nos países da Europa oriental sublinha o facto de o estabelecimento a nível local de formas de governo democrático ser uma das condições necessárias à concretização de tais processos a nível nacional¹⁴. A constatação é semelhante no que se refere à consolidação das democracias africanas e sul-americanas¹⁵.

Nas democracias liberais da Europa e América do Norte é defendida, quer nos meios académicos, quer a nível político e de cidadania, tanto a necessidade de estabelecer mecanismos de incentivo à melhoria no fornecimento de serviços como o desenvolvimento de modelos que estimulem a participação dos cidadãos na tomada de decisões colectivas. Nestas reflexões as atenções concentram-se no âmbito local¹⁶.

¹³ Segundo o *British Participatory Study*, 44% das actividades políticas dos cidadãos britânicos são exercidas a nível local e apenas 15,1% ao nível do governo central (Parry *et al.*, 1992, p. 269). A importância das eleições locais e o seu papel na estratégia dos partidos, no caso britânico, foram salientados por Gyford *et al.* (1989). Para o caso espanhol pode ser consultado Capó (1991); para a França, Balme (1989); para a Itália, Bettin (1993).

¹⁴ Na análise dos processos de democratização dos países da Europa de Leste sublinha-se cada vez mais este facto, tal como indica Stoker (1991). Num estudo efectuado por Miguel e Berland em 1991 salienta-se que três quartas partes dos cidadãos húngaros, polacos e checoslovacos acreditam que o governo local tem grande influência nos processos de democratização que decorrem nos respectivos países, inclusivamente maior influência do que o parlamento e outras instituições políticas (Miguel e Berland, 1992, p. 86). Para uma visão de conjunto remetemos para Baldersheim *et al.* (1996).

¹⁵ No caso da Nigéria e do Quênia, cf. Olowu (1993) e Ngau (1993), respectivamente; para uma visão dos países das Caraíbas, Klak e Rulli (1993).

¹⁶ Diamanti afirma que o interesse académico pelo contexto local, a que chama «localismo», deve ser entendido como a aceitação de um consenso anteriormente existente entre os agentes económicos e políticos acerca das possibilidades de desenvolvimento económico e político que o âmbito local oferece (Diamanti, 1994).

Independentemente do enfoque teórico ou das formas propostas com vista ao desenvolvimento de modelos de democracia participativa, é lugar-comum sublinhar que o âmbito local é o meio adequado para este arranque¹⁷. As diversas propostas sublinham que este modelo de democracia representa um aperfeiçoamento das vias de participação eleitoral próprias da democracia representativa e via legítima de acesso ao poder político, mediante mecanismos que potenciem a participação directa da cidadania¹⁸. Uma fórmula mista — entre a forma contemporânea de democracia e a democracia clássica —, apenas exequível em escalas reduzidas onde possa existir proximidade entre governo e cidadãos, permitiria o estabelecimento de relações permanentes e intensificadas.

De facto, desde os anos 60 têm vindo a realizar-se diversas experiências que traduzem no plano político-institucional as ideias base do modelo de democracia participativa. Entre estas destacam-se as que foram desenvolvidas nos municípios italianos e espanhóis sob a forma de regulamentos de participação dos cidadãos, através dos quais é regulamentado de forma estável o acesso e participação dos cidadãos, ou de grupos de representação de interesses por eles criados, nos processos de tomada de decisão que constituem o fluxo da política municipal (Navarro, 1997, 1998).

Por último, surge um novo elemento na discussão acerca do papel a desempenhar pelos municípios no processo de democratização: as vantagens da descentralização da gestão e fornecimento de serviços para os municípios face a uma centralização a nível nacional. Parte-se do princípio de que, no

¹⁷ Neste sentido, William A. Kelso afirma que o termo *democracia participativa* é aplicado a diferentes variantes da teoria democrática, todas elas partindo do princípio de que a restituição de poder a pequenas unidades governamentais acarretará um aumento das oportunidades de participação pública» (1978, p. 175). Este ponto de vista é largamente partilhado pela teoria democrática contemporânea, como pode verificar-se nos estudos de Macpershon (1991, p. 130), Pateman (1970, p. 19), Dahl (1992, pp. 384-385), Hirts (1994, p. 26), Barber (1986, p. 262) ou Held (1992, p. 313).

¹⁸ Considerando as vias concretas pelas quais diversos autores indicam que pode verificar-se o referido aperfeiçoamento, é possível distinguir, em termos gerais, três propostas que denominamos pluralista, deliberativa e expansionista. Na primeira trata-se de aumentar a inter-relação entre os grupos e associações e as instituições de representação, de forma que os cidadãos possam, através daqueles, exercer maior controle entre períodos eleitorais (Kelso, 1978; Dahl, 1982; Hirts, 1994). A estratégia deliberativa postula a criação de contextos (âmbitos) nos quais a cidadania possa definir os interesses da comunidade mediante a deliberação e discussão públicas, como, por exemplo, a criação de «assembleias de vizinhos», com 1000 a 5000 cidadãos, com funções deliberativas e, inclusivamente, legislativas (Barber, 1986). A terceira estratégia encara a expansão da democracia do âmbito político para outras esferas sociais, como base a partir da qual se desenvolve uma democracia e mesmo uma sociedade participativa, como forma de quebrar o círculo vicioso da participação, no qual as desigualdades económicas e sociais são transferidas para o âmbito político (Pateman, 1970; Bobbio, 1984).

primeiro caso, ao estabelecer-se uma relação mais próxima e habitual com os cidadãos do que a outros níveis de governo, se consegue uma melhor e mais rápida adaptação da acção pública ao contexto social sobre o qual incide essa acção. Além disso, face à descentralização levada a cabo por agentes governamentais, a acção dos municípios permite uma coordenação do fornecimento de serviços, de forma que a acção pública actue integralmente sobre os múltiplos problemas que afectam os cidadãos (Clarke e Gaille, 1989).

A demonstrar este facto, refira-se que, tal como foi mencionado no primeiro parágrafo, todos os governos centrais da União Europeia, com excepção do Reino Unido, tendem a descentralizar a aplicação das políticas de bem-estar através dos governos municipais, na forma de serviços sociais de carácter pessoal, assim como no que se refere ao cumprimento das condições básicas de urbanização (Comissão Europeia, 1988).

O facto de a descentralização favorecer uma aproximação dos cidadãos aos processos de tomada de decisão e ao fornecimento de serviços coloca a possibilidade de conciliar estes objectivos a fim de dar maior legitimidade e eficácia aos sistemas democráticos contemporâneos. Isto tanto no que se refere aos governos municipais como no que se refere às eventuais repercussões sobre níveis de governo superiores, uma vez que os primeiros, enquanto *locus* de fornecimento de serviços de bem-estar, ganham um crescente destaque político.

Porém, a conjugação de democratização e descentralização tem vindo a dar lugar a uma certa reformulação no desenvolvimento das políticas públicas e, conseqüentemente, no estado de bem-estar. Este, tradicionalmente centrado na acção pública directa sobre a cidadania, cria abertura para que agentes privados, com ou sem objectivos lucrativos, participem na provisão de serviços de bem-estar (Navarro, 1988). Esta gestão privada de interesses públicos está a definir os contornos de um «estado de bem-estar misto ou pluralista», no qual participam quer o Estado, quer empresas e entidades cidadãs, para encontrar, assim, uma maior flexibilidade e eficácia na solução dos problemas que as comunidades locais apresentam¹⁹.

V. OS CONTRIBUTOS LOCAIS PARA O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO MUNDIAL

O que foi exposto anteriormente permite concluir que existe um consenso generalizado acerca das potencialidades do município como contexto ade-

¹⁹ Johnson (1990) apresenta as linhas básicas do bem-estar misto ou pluralista, um sistema no qual o Estado, o sector privado, as associações e redes de sociabilidade se complementam como fornecedores de bem-estar. Borja e Castell (1997, p. 107) destacaram a importância deste último sector e, concretamente, o papel das mulheres no caso das cidades.

quado para o desenvolvimento económico, político e social nos finais do século xx. Face à globalização, a comunidade local mantém-se como principal quadro de referência sócio-espacial na vida quotidiana. De um ponto de vista económico, surgem estratégias de desenvolvimento endógeno, centradas nas características e envolvimento dos agentes locais. Estas tentam dar resposta quer à nova estrutura de oportunidades resultante do processo de globalização, quer às que se geram a nível local. Na esfera política vislumbra-se um processo geral de descentralização dos governos centrais para os governos locais, bem como tentativas de desenvolver no interior dos municípios sistemas de governo que possibilitem um fornecimento eficaz de serviços e uma participação dos cidadãos nos processos de decisão colectiva que lhes dizem respeito. Globalmente, a tendência que oferece novas oportunidades aos cidadãos para participarem no esboço do seu futuro colectivo a partir do contexto local, numa redefinição do papel desempenhado pelos governos e sociedades municipais, é o que designaremos por novo localismo.

Em suma, podemos afirmar que as sociedades contemporâneas, ao estarem sujeitas a processos globais de natureza universal, acolhem simultaneamente dinâmicas locais que tentam resolver problemas gerados tanto dentro como fora dos seus limites. Globalização e novo localismo podem ser entendidos como dois processos que, embora estabelecendo tensões entre si, articulam simultaneamente processos de reestruturação e desenvolvimento políticos, económicos e sociais que têm lugar nas sociedades contemporâneas, gerando novas oportunidades para o envolvimento dos cidadãos nas decisões que os afectam.

Porém, a fim de evitar os riscos que podem decorrer de certas lógicas localistas, portanto particularistas, no sistema social e político, os benefícios desta dinâmica devem ser canalizados através de reformas institucionais que criem novos pontos de equilíbrio entre o global e o local. Isto acontece inevitavelmente devido à integração das lógicas locais em âmbitos de acção mais vastos, bem como nos processos de tomada de decisão através dos quais é politicamente regulado o novo horizonte global das nossas sociedades.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M. (1974), *Acumulación y Crisis del Capitalismo*, México, FCE.
ALLUM, P. (1995), *State and Society in Western Europe*, Londres, Polity Press.
AMIN, S. (1972), *Le développement inégal*, Paris, Les Éditions de Minuit.
ASHFORD, S., e TIMMS, N. (1992), *What Europe Thinks. A Study of Western European Values*, Aldershot, Dartmouth.
AYUNTAMIENTO DE MADRID (1989), *Desarrollo Europeo y Estrategias de las Grandes Ciudades*, Madrid, Ayuntamiento de Madrid.

- AYUNTAMIENTO DE MADRID (1991), «Encuesta sobre formas de vida de la población madrileña», monografía II, *La Ocupación del Tiempo Libre. Las Relaciones Sociales y el Asociacionismo*, Madrid, Ayuntamiento de Madrid.
- BAGNASCO, A. (1977), *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*, Bologna, Il Mulino.
- BALDERSHEIM, H., et al. (1996), *Local Democracy and the Processes of Transformation in East-Central Europe*, Oxford, Westview Press.
- BALME, R. (1989), «Councillors, issue agendas and political action in tow French towns», in *Local Politics and Participation in Britain and France*, pp. 135-136, A. Mabileau A. et al. (eds.), Cambridge, Cambridge University Press.
- BARBER, J. (1984), *Strong Democracy*, Berkeley, Berkeley University Press.
- BERICAT, E. (1994), *Sociología de la Movilidad Espacial. El Senderismo Nómada*, Madrid, CIS.
- BERTOLO, C., et al. (1989), *Crisis Social de la Ciudad*, Madrid, ALFOZ/CIDUR.
- BETTIN (1993), *Classe politica e città*, Modena, CEDAM.
- BLAIR, Ph. (1991), «Trends in local autonomy and democracy: reflections from an European perspective», in *Local Government in Europe. Trends and Development*, R. Batley e G. Stoker (eds.), Londres, MacMillan.
- BOBBIO, N. (1984), *Il futuro della democrazia*, Turim, Einaudi.
- BORJA, J., e CASTELL, M. (1997), *Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información*, Madrid, Taurus.
- BULPITT, J. G. (1983), *Territory and Power in the United Kingdom*, Manchester, Manchester University Press.
- CAPÓ, J. (1991), «Elecciones municipales, pero no locales», in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 56, pp. 143-164.
- CASTELLS, M. (1976), *The Urban Question*, Cambridge, MIT Press.
- CLARKE, S., e GAILE, G. (1989), «Moving towards entrepreneurial state and local economic development strategies: opportunities and barriers», in *Policy Studies Journal*, n.º 17, pp. 574-598.
- CLARKE, S. (1993), «The new localism: local politics in a global era», in *The New Localism. Comparative Urban Politics in Global Era*, pp.1-21, E. Goetz e S. Clarke (eds.), Londres, Sage.
- COCKBURN, C. (1977), *The Local State*, Londres, Pluto Press.
- CONSEJO DE EUROPA (1988), *Allocation of Power to the Local and Regional Levels of Government in the Member States of the Council of Europe*, Estrasburgo, Conselho da Europa.
- DIAMANTI, I. (1994), «Localismo», in *Ressegna italiana di sociologia*, xxxv, n.º 3, pp. 401-424.
- DUNLEAVY, P. (1980), *Urban Political Analysis*, Londres, MacMillan.
- FRANK, A. (1972), *Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina*, Madrid, Siglo XXI.
- GIDDENS, A. (1990), *The Consequences of Modernity*, Londres, Polity Press.
- GYFORD, J., et al. (1989), *The Changing Politics of Local Government*, Londres, Unwim Hyman.
- HAMPTON, W. (1991), *Local Government and Urban Politics*, Londres, Logman.
- HULA, R. (1993), «The state reassessed: the privatization of local politics», in *The New Localism. Comparative Urban Politics in a Global Era*, pp. 22-45, E. Goetz e S. Clarke (eds.), Londres, Sage.
- JOHNSON, N. (1990), *El Estado de Bienestar en Transición. La Teoría y la Práctica del Pluralismo de Bienestar*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- KELSO, W. A. (1978), *American Democratic Theory*, Londres, Greenwood Press.
- KEOHANE, R., e OSTROM, E. (eds.) (1995), *Local Commons and Global Interdependence. Heterogeneity and Cooperation in Two Domains*, Londres, Sage.

- KLAK, T., e RULLI, J. (1993), «Regimes of accumulation, the Caribbean basin initiative, and export processing zones: scales of influence on Caribbean development», in *The New Localism. Comparative Urban Politics in a Global Era*, E. Goetz e S. Clarke (eds.), Londres, Sage.
- KÖNING, R. (1971), *Sociología de la Comunidad Local*, Madrid, Fundación FOESSA.
- LAFONTAINE, O. (1991), «Globalización de la economía y primacía de la política», in *Alfoz*, n.º 90, pp. 77-86.
- LAMBI, C., et al. (1998), *Copying with Globalization*, mimeo.
- LIPIETZ, A. (1993), «Il locale e il globale: personalità regionale o interregionalità?», in *Globale/locale. Il contributo delle scienze sociali*, pp. 41-60, P. Perulli (ed.), Milão, Franco Angeli.
- MAZZOLENI, Ch. (1993), «Città locale/città globale. Dello spazio dei luoghi allo spazio dei flussi e delle reti», in *Globale/locale. Il contributo delle scienze sociali*, pp. 139-158, P. Perulli (ed.), Milão, Franco Angeli.
- MIGUEL, M., e BERLAND, M. (1992), «The future of democracy in eastern Europe», in *Strategies of Democratization*, pp. 77-87, T. Vanhanen (ed.), Londres, Crane Russak.
- MINGIONE, E. (1994), «Polarización, fragmentación y marginalidad en las ciudades industriales», in *Clase, Poder y Ciudadanía*, pp. 97-122, A. Alabart et al. (eds.), Madrid, Siglo XXI.
- MUMFORD, L. (1961), *The City in the History*, Orlando, Harcourt.
- MUTTI, A. (1992), *Il buon vicino. Rapporti di vicinato nella metropoli*, Bolonha, Il Mulino.
- NAVARRO YÁÑEZ, C. J. (1997), *Innovación Democrática en el Sur de Europa. Las Experiencias Municipales de Italia y España (1960-1995)*, tese de doutoramento inédita, Universidad Complutense de Madrid.
- NAVARRO YÁÑEZ, C. J. (1998), *El Nuevo Localismo. Municipio y Democracia en la Sociedad Global*, Córdoba, Servicio Publicaciones Diputación Provincial de Córdoba.
- NGAU, P. (1993), «Political restructuring and the development process in Kenya», in *The New Localism. Comparative Urban Politics in a Global Era*, E. Goetz e S. Clarke (eds.), Londres, Sage.
- OLOWU, D. (1993), «Local institutions and development: the Nigerian experience», in *The New Localism. Comparative Urban Politics in a Global Era*, E. Goetz e S. Clarke (eds.), Londres, Sage.
- ORIZO, F. A. (1991), *Los Nuevos Valores de los Españoles*, Madrid, Editorial S. M.
- PARRY, G., MOYSER, G., e DAY, N. (1992), *Political Participation and Democracy in Britain*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PÉREZ SAÍZ, J. P. (1997), «Entre lo global y lo local. Economías comunitarias en Centroamérica», in *Sociología del Trabajo*, n.º 30, pp. 3-19.
- PIORE, M., e SABEL, C. F. (1984), *The Second Industrial Divide*, Nova Iorque, Basic Books.
- PRETECILLE, E. (1994), «Paradojas políticas de las reestructuraciones urbanas, globalización de la economía y localización de lo político», in *Clase, Poder y Ciudadanía*, pp. 61-96, A. Alabart et al. (eds.), Madrid, Siglo XXI.
- ROKKAN, S. (1970), *Citizens, Elections Parties*, Oslo, Universitetsforlaget.
- ROMANELLI, R. (1991), *Le radici istiriche del localismo italiano*, Bolonha, Il Mulino.
- SASSEN, S. (1990), «Beyond city limits: a commentary», in *Beyond the City Limits: Urban Policy and Economic Restructuring in Comparative Perspective*, pp. 237-242, J. Logan e T. Swanstrom (eds.), Filadélfia, Temple University Press.
- SEGATTI, P. (1995), «Una nazione di campesani. Localismo e sentimento nazionale», in *Sulla soglia del cambiamento*, pp. 105-138, A. Parisi e H. Schaedee (eds.), Bolonha, Il Mulino.
- STOETZEL, Jean (1983), *Qué Pensamos los Europeos*, Madrid, Editorial MAPHRE.
- STOKER, G. (1991), «Introduction: trends in European local governments», in *Local Government in Europe. Trends and Developments*, R. Batley e G. Stoker (eds.), Londres, MacMillan.
- TRIGILIA (1981), *Le subculture politiche territoriale*, Milão, Feltrinelli.